



CARLOS SANTANA, PT, Rio de Janeiro.

Repúdio à matéria *Raça não existe*, a respeito o sistema de cotas para ingresso de afro-descendentes no ensino superior, veiculada pela revista *Veja*.

Sessão de 05.06.2007 / DCD 06.06.2007, p. 28321

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna falar novamente sobre matéria da revista *Veja* que aborda a questão das cotas para negros. A classe dominante deste País se assusta com a idéia de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras porque teme que os seus filhos percam as vagas para negros e índios. A revista *Veja*, desta semana, que reflete o pensamento da elite, dedicou sua principal matéria, chamada de capa e 6 páginas sobre *Raça não existe*, baseada na decisão da Universidade de Brasília (UnB) de considerar gêmeos idênticos - univitelinos - um branco e o outro negro.

Esse absurdo por si só não justifica o enfoque da matéria que se baseia contra as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, comparando-os ao nazismo e ao *apartheid*.

O medo e a falácia que giram em torno das cotas e da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial dentro do universo é muito maior nessa nossa sociedade tão "democrática" e "anti-racista". A exclusão do negro da universidade pública é latente! Quando a revista *Veja* afirma que as cotas e o estatuto são monstruosidades jurídicas que atropelam a Constituição - ao tratar negros e brancos de forma desigual -, ela estimula a classe dominante a voltar as costas para as questões étnicas na luta contra as transformações sociais.

Percebam o perigo desse argumento, porque nos reduz a pacientes do processo, sendo que a comunidade negra no Brasil precisa é da aplicação de medidas imediatas, independente se for para reparação do mal que se faz até hoje a essa comunidade ou se para realmente começarmos a dar um fim à exclusão do negro no ensino superior brasileiro.



As opiniões contrárias à política de cotas se pautam basicamente em 2 elementos que não se sustentam: o primeiro seria que em vez do ingresso de negros, pela política de cotas, o fundamental seria a melhoria substancial do ensino médio brasileiro que garantiria a equiparação de saberes para os alunos que pretendem ingressar numa universidade por vestibular; e o segundo, como desdobramento do primeiro, seria que no Brasil a diferenciação entre os ingressantes em uma universidade e aqueles que não conseguem sucesso no vestibular estaria pautada na diferença econômica, ou seja, a entrada em uma universidade pública dependeria exclusivamente do poder aquisitivo do aluno e a economia despendida em sua formação escolar.

Esses 2 argumentos fazem parte do discurso comum, daqueles que se pronunciam contrários ao sistema de cotas e não possuem muita coisa a acrescentar. O primeiro argumento de que "é necessário uma melhoria do ensino no Brasil" é um discurso de décadas, ou seja, aguarda-se a melhoria também há décadas ao passo em que a exclusão permanece. Defendemos tal argumento. O que se apresenta como proposta para que isso se efetue? Quase nada! Não peça aos movimentos de inserção do negro que abandonem suas políticas efetivas em troca da espera; não espere a acomodação na esperança da equiparação da formação escolar dos alunos oriundos de escolas públicas em relação aos oriundos de escolas particulares.

Sobre o segundo argumento que trata sobre a desigualdade social, é claro que o pobre é que não consegue ingressar em uma universidade pública. Entretanto, mesmo entre os pobres, o número de negros pobres está 47% acima dos brancos, ou seja, existem mais pessoas miseráveis negras do que brancas, e entre elas os negros são os de menor salário e poder aquisitivo; a remuneração para um mesmo cargo é diferente entre negros e brancos.

A questão do negro na universidade pública no Brasil é bem mais complexa do que a simples compreensão da desigualdade social, polarizada entre pobres e ricos, compreensão essa que por muito tempo engessou e engessa as reivindicações de uma



maior igualdade da comunidade negra no Brasil. É o discurso comum presente até mesmo dentro das universidades que, por vocação, teriam de libertar-se dessas amarras.

Para aqueles que não sabem, as universidades públicas brasileiras possuem cotas para estrangeiros. E porque a elite não é contrária? Será porque a questão dos negros para muitos deve permanecer como está: todos acreditando no mito da nossa "democracia racial" na qual somos felizes, pacíficos e ordeiros, e só não se consegue a felicidade, satisfação econômica e realização dos negros como cidadão e ser humano, aqueles que não batalham por ela, pois as condições estão dadas "igualmente" para todos? Papai Noel e coelhinho da Páscoa também existem.

Sabemos que as profundas desigualdades raciais existentes no Brasil, que se expressam nos inaceitáveis números da desigualdade no acesso à universidade, não se resolverão apenas com cotas, mas é preciso começar por algum lugar. Esses números são apenas a ponta o *iceberg*. Para se quebrar esse *iceberg* e chegar às suas profundezas, a ponta pode ser um caminho óbvio e necessário. Exatamente pela importância da universidade, a medida adquire visibilidade e deverá propiciar uma salutar reação em cadeia em outras escolas e outros espaços da vida social.

Sete erros daqueles que são contrário às cotas e ao Estatuto da Igualdade Racial, de acordo com o sacerdote franciscano e Diretor-Executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO), Frei David Santos:

Primeiro erro - Todos somos iguais perante a lei.

Na área tributária, a alíquota para os mais ricos é maior. Todos compreendem como uma atitude justa. Essa mesma compreensão deve prevalecer na relação pluriétnica. O jurista Fábio Konder Comparato assinala que a igualdade deve ser material além de formal. É entendimento comum que as oportunidades são diferentes, inclusive, entre um pobre branco e um pobre negro. Tratar da mesma forma os desiguais acentua as



desigualdades.

Segundo erro - Aumentará o ódio racial.

As cotas e o estatuto irão, justamente, combater os desníveis sociais, causadores de grande conflito. Ex: os atuais cotistas convivem em harmonia nas 44 universidades e instituições públicas que já adotam cotas. Também nas 1.380 particulares que adotaram a mesma política! Sem ódio! Cadê o aumento do ódio racial? Quando ele ocorrerá?

Terceiro erro: - Classificação racial oficial dos cidadãos.

A classificação sempre existiu e só serviu para excluir. Vide Exército, Marinha e Aeronáutica. Por que os negros não têm vez nesses órgãos públicos? Por que não são promovidos? A autodeclaração vem justamente fazer o contrário: incluir, criará instrumentos, dando ao Estado autoridade para exercer sua função de proteger os prejudicados pelo convívio desigual nas universidades, no mercado de trabalho, e em outros meios.

Quarto erro - Criará o racismo.

Não se cria o que já existe. Vide pesquisa do IBGE/2004: "Branços ganham 105% a mais do que os negros". As cotas serão ferramentas eficientes para dar oportunidade iguais. Para se combater o racismo que, silenciosamente, corrói o bom convívio entre os brasileiros. Nesse caso, a iniciativa privada está saindo na frente do Estado.

Quinto erro - O certo seria investir no ensino médio, ao invés de se adotar cotas nas universidades.

Uma iniciativa não é contra as outras. As duas coisas são necessárias. As cotas são complementares às políticas universais. Elas vêm corrigir os erros produzidos por essas políticas. Segundo o IPEA, desde 1929, todas as políticas universais implantadas no



Brasil não mudaram em um dígito sequer o desnível entre brancos e negros.

Sexto erro - As cotas ferem a democracia reduzindo a qualidade acadêmica.

Pesquisas das universidades que adotaram cotas provam que os cotistas estão tendo desempenho igual, ou melhor, que os que entram pelo sistema tradicional.

Sétimo erro - As cotas ferem a autonomia das universidades.

Defendemos a autonomia universitária em todos os campos, menos a "autonomia para excluir", como fizeram até agora. Deram as costas aos pobres e negros e estavam apenas alimentando uma elite branca e perversa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós que defendemos a cota para negros somos comparados a Hitler. Ao mesmo tempo, dizem que não há discriminação racial no País. Basta olharmos o exemplo de nosso plenário e verificarmos quantos afro-descendentes há aqui. Se for mulher, a situação piora ainda mais.

Espero que esta Casa consiga cada vez mais políticas positivas não só para as comunidades afro-descendentes como também para os índios, ciganos e nordestinos, cada vez mais chacoalhados neste País.

A discriminação está aí a cada momento. É triste ver aqueles que querem comparar discriminação com situação econômica. Não é isso. Há uma enorme diferença. Estamos aqui em nome de várias entidades de âmbito nacional para repudiar esse tipo de matéria.

Era o que tinha a dizer.